



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 510202423424024

Nome original: SEI_2508054_Termo_de_Adesao_26_2024.pdf

Data: 03/05/2024 08:17:36

Remetente:

ANA

Diretoria-Geral

Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

Documento: não assinado.

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Envio do TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 03 2023 CNJ - Ref
o OFÍCIO N. 35 SEP



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
SAS Quadra 1, Bloco D - Bairro Setor de Autarquias Sul - CEP 70097900 - Brasília - DF - www.trt10.jus.br
Praça dos Tribunais Superiores

TERMO DE ADESÃO

TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 03/2023/CNJ

REGISTRO TRT10 N.º 026/2024

**TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA N. 03/2023, REFERENTE AOS SERVIÇOS DA
JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA
LEGAL.**

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO, CNPJ 02.011.574/0001-90**, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA LIMA JUNIOR**, nos termos da Resolução Administrativa 69/2023, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Termo de Cooperação Técnica celebrado pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional do Ministério Público, para os fins especificados no ato referente aos serviços da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, comprometendo-se a apoiar técnica e operacionalmente o programa mediante adoção de medidas necessárias à concretização do pleno acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

O Presidente, Desembargador do Trabalho, **JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA LIMA JUNIOR**, declara firme vontade de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI) e/ou atividades conexas relacionadas à atividade-fim da entidade, os quais serão implementados mediante o programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, em observância aos arts. 5º, inciso XXXV, 107, §2º, 115, §1º, e 125, §7º, da Constituição Federal; art. 95, parágrafo único, da Lei n. 9.099/95; art. 22, parágrafo único, da Lei n. 10.259/2001; Resolução CNJ n. 460/2022; bem como aos arts. de 67 a 69 do Código de Processo Civil e à Resolução CNJ n. 350/2020, que estimulam a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário, obedecendo-se aos seguintes parâmetros, fixados a partir de diretrizes estabelecidas pelos Conselhos signatários do Termo de Cooperação Técnica:

- I - Institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal;
- II - Capacitação profissional acerca das especificidades regionais da Amazônia Legal;
- III - Produção e/ou veiculação de campanhas de divulgação do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de materiais e demais peças de comunicação institucional referentes a lições de cidadania;
- IV - Designar profissionais e disponibilizar recursos materiais para a execução dos serviços, relacionados à atividade-fim da entidade aderente, no curso do programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e
- V - Geração e controle de dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas.

1. **ATUAÇÃO COORDENADA: o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª**

REGIÃO desenvolverá ações, coordenadas e supervisionadas pelo Conselho Nacional de Justiça, visando à efetividade e qualidade da concretização do direito fundamental de acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

2. **GESTOR LOCAL:** indica para gestor local do presente instrumento o Juiz Diretor do Foro Trabalhista de Palmas, Reinaldo Martini, e-mail reinaldo.martini@trt10.jus.br, tel. (63) 3224-1555, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho correlato ao Termo de Cooperação Técnica ao qual se adere.

3. **VIGÊNCIA:** o presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com prazo final igual ao do Termo de Cooperação Técnica supramencionado.

4. **RESPONSABILIDADES:**

4.1. **São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:**

I - Exercer a coordenação-geral, supervisionando as ações do programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

II - Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e outras instituições voltadas à docência, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;

III - Promover a articulação, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

IV - Planejar, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, do que devem participar as entidades aderentes;

V - Produzir em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional do projeto em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as inerentes às lições básicas de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração os(as) destinatários(as);

VI - Gerar relatórios estatísticos da atuação dos órgãos do Judiciário envolvidos nos eventos, bem como compilar os relatórios setoriais dos demais envolvidos.

4.2. **São responsabilidades gerais do CJF, do CSJT e do CNMP**

I - Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e centro de estudos, de acordo com sua esfera de atuação, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;

II - Planejar, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

III - Promover articulação, em conjunto com o CNJ, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

IV - Produzir, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as lições de cidadania, e divulgá-las também

pelo meio mais adequado, levando em consideração as especificidades dos(as) destinatários(as) do material;

V - Diligenciar, nos Tribunais e órgãos do Ministério Público vinculados ao respectivo Conselho, a disponibilização de profissionais e meios materiais para a efetivação das ações inerentes ao JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

VI - Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

4.3. **São responsabilidades gerais do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO:**

I - Viabilizar, pela conjunção de esforços, a institucionalização de calendário regular de realização do Justiça Itinerante na Amazônia Legal, programa sob coordenação-geral e supervisão do CNJ e do qual são partícipes CJF, CSJT e CNMP;

II - Viabilizar, no caso de entidade aderente integrante do Poder Judiciário e Ministério Público, a participação dos(as) profissionais que compõem seu corpo funcional em seminários e cursos de capacitação;

III - Produzir e/ou divulgar de forma ampla as peças de comunicação institucional do calendário do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, além de material referente a lições de cidadania, guardando-se sempre obediência às diretrizes fixadas pelos Conselhos signatários do Termos de Cooperação Técnica;

IV - Fomentar as ações objeto deste Termo de Adesão;

V - Designar profissionais e recursos materiais para a execução dos serviços envolvidos no JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e

VI - Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

5. **PUBLICAÇÃO:** O presente instrumento será divulgado, pelo CNJ, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e será mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, em observância ao disposto nos arts. 91 e 94 da Lei n. 14.133/21.

Brasília-DF,

RIBAMAR LIMA JÚNIOR
Desembargador Presidente do TRT da 10ª Região



Documento assinado eletronicamente por **JOSE RIBAMAR OLIVEIRA LIMA JUNIOR**, Desembargador do Trabalho Presidente, em 02/05/2024, às 18:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trt10.jus.br/validadorsei.htm> informando o código verificador **2508054** e o código CRC **81EB1FB5**.